

www.sicoobcredicer.com.br

RELATÓRIO ANUAL



SUMÁRIO

DADOS CADASTRAIS.....	3
ABERTURA.....	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	7
BALANÇO PATRIMONIAL.....	10
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS.....	11
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO.....	13
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE.....	14
NOTAS EXPLICATIVAS.....	15
PARECER DA AUDITORIA EXTERNA.....	33
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	36

DADOS CADASTRAIS

Denominação Social: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda.

Nome Comercial: Sicoob Credicer

Endereço: Avenida Brasil, nº 703-B, Quadra 18 B, Lote 18 B – Centro

Cidade: Ceres-GO CEP: 76.300-000

Fone/Fax: (62) 3307-4200

Site: www.sicoobcredicer.com.br

Inscrição no CNPJ/MF: 09.576.849/0001-82

Autorização de Funcionamento /BACEN: 2008/3624

Registro na Junta Comercial (JUCEG): 524.0001147.9 EM 27/05/2008

Inscrição Municipal: 6.370/08

Inscrição Estadual.....Isento

Conselho de Administração

(Gestão: 2017 á 2021)

José Maurício de Oliveira.....Presidente
Geraldo Moreira Reis.....Vice-Presidente
Marcos Camargo Cardoso.....Diretor Administrativo
Herbert Silva de Oliveira.....Diretor Operacional
Angêlo Andrey Pina Santana.....Conselheiro
Antônio Dias Silva Junior.....Conselheiro
Cleuber Marcos de Oliveira.....Conselheiro
David Diniz Campos.....Conselheiro
Joaquim Caldeira de Moura.....Conselheiro
Jonas Borges.....Conselheiro
Marlúcio Scalabrini da Silva Filho.....Conselheiro

Conselho Fiscal

(Gestão 2020 á 2023)

Efetivos

Bruno Cezar
Osmeir José do Prado
Vanderlei da Costa

Suplentes

Amarildo José da Silva
Evando Nunes
Oswaldo Augusto Monteiro Junior



ABERTURA

Senhores(as) Associados(as),

Em atendimento às regras legais e estatutárias bem como às disposições específicas, o Conselho de Administração do SICOOB CREDICER, apresenta a todos os cooperados para conhecimento e avaliação, os Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas referente ao exercício 2020, encerrado no dia 31 de dezembro.

Com as informações aqui prestadas, o Sicoob Credicer disponibiliza a todos, os números e registros contábeis.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2020 foi repleto de novidades atípicas, a nossa economia frágil, taxa Selic muito baixa e a atual situação da pandemia COVID-19, muitos transtornos familiares, vivemos uma realidade jamais desejada. Ano esse em que a necessidade de isolamento e distanciamento social transformaram vidas, hábitos e as relações humanas.

Diante de tantas transformações, todos tivemos que nos adaptar, superar desafios e nos reinventar, contudo uma coisa não mudou, a prioridade da nossa cooperativa continua sendo as pessoas e seguindo por este caminho é que pautamos nossas ações durante o ano.

Preocupados com a saúde do nosso pessoal e comunidades, adaptamos medidas em conformidade com as orientações do ministério da saúde e apostamos na cooperação entre todos como forma de conter o avanço do corona vírus e minimizar os seus efeitos.

Implantamos horário especial de funcionamento das nossas agências, com atendimento aos grupos de risco; reduzimos a jornada de trabalho; antecipamos a concessão de férias; reduzimos a permanência de pessoal dentro das agências e exigimos uso constante de máscara além da higienização das mãos com álcool gel.

E para amenizar os efeitos de tantas mudanças na rotina das pessoas, passamos a recomendar preferencialmente o uso dos nossos canais digitais (App SICOOB e Internet Banking), para realizarem as transações sem exposição a riscos. Sugerimos ainda, que nas situações que poderiam ser resolvidas remotamente, que o contato com a cooperativa fosse por telefone.

Todos os nossos eventos de 2020, foram realizados virtualmente, com transmissão em tempo real, pelo nosso aplicativo SICOOB MOOB. Baixamos Taxas, criamos linhas de crédito para atender aos nossos cooperados que passaram por situações difíceis durante essa pandemia, procurando ser suporte financeiro para que conseguissem investir no seu negócio.

Mesmo passando por tantas mudanças e adversidades que afetaram sobre maneira a vida e a rotina de todos, a nossa cooperativa SICOOB CREDICER se fortaleceu e os resultados foram excelentes, considerando o cenário nacional e mundial.

O trabalho do cooperativismo é reconhecido por todos, inclusive pelos órgãos reguladores, em uma apresentação no final de novembro de 2020, o presidente do banco Central, o Sr. Roberto Campos Neto, falou da importância do cooperativismo de crédito ao longo da pandemia, registrou um crescimento de 48,5% na carteira de crédito de pessoas jurídicas, quase o dobro observado no setor financeiro nacional, Campos Neto também destacou o papel de inclusão financeira realizado pelas cooperativas.

Em 2020, apesar de tantas dificuldades tivemos excelentes resultados e conquistas alcançadas graças aos planejamentos e ao trabalho dos nossos gestores do SICOOB CREDICER: Conselheiros de Administração e Fiscal; Diretores; Gerentes e demais colaboradores, os quais não mediram esforços para oferece aos nossos cooperados atendimentos cada vez com mais qualidade e atenção.

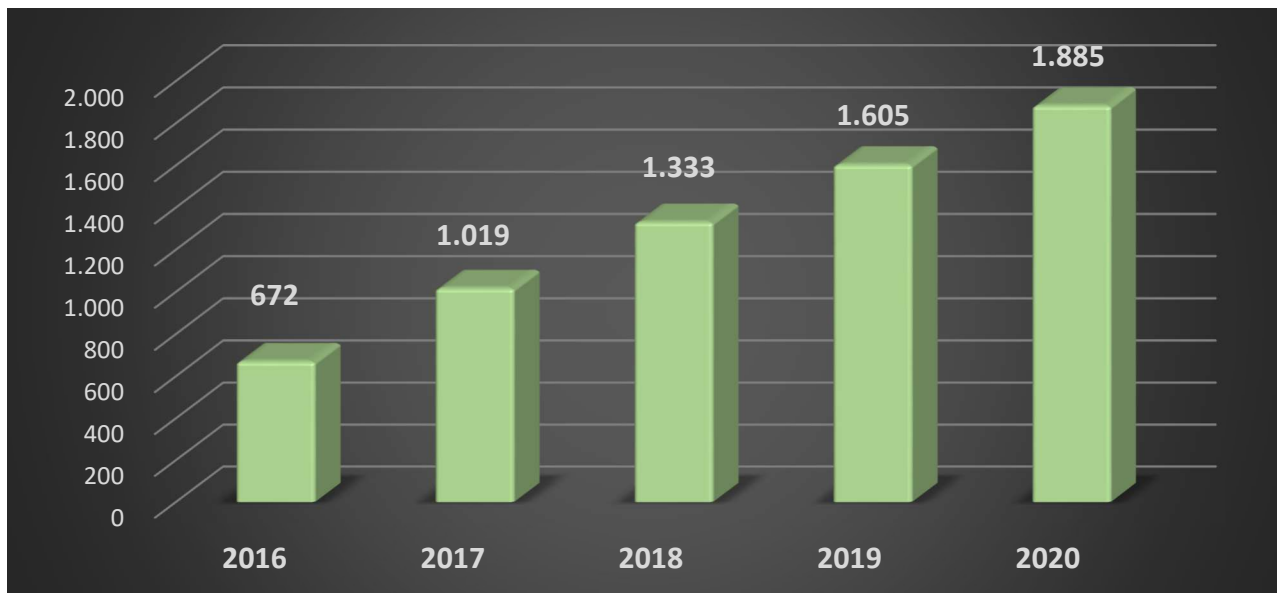


Nós do SICOOB CREDICER, mais que crescer, estamos focados em prestar serviços e taxas justas, com excelente atendimento, que para nós, estes são valores que estão diretamente relacionados ao nosso modelo de negócio, que é guiado por valores e princípios que somente o cooperativismo possui em seu DNA. Meus agradecimentos a todos os cooperados pela confiança, apoio e dedicação. Que Deus pai, continue nos concedendo saúde e sabedoria, para bem conduzirmos a nossa cooperativa SICOOB CREDICER.

JOSÉ MAURÍCIO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

QUADRO SOCIAL

Em 2020, o quadro social do Sicoob Credicer apresentou incremento de 17,45% em relação a 2019 alcançando 1.885 cooperados.

**APLICAÇÃO DE RECURSOS**

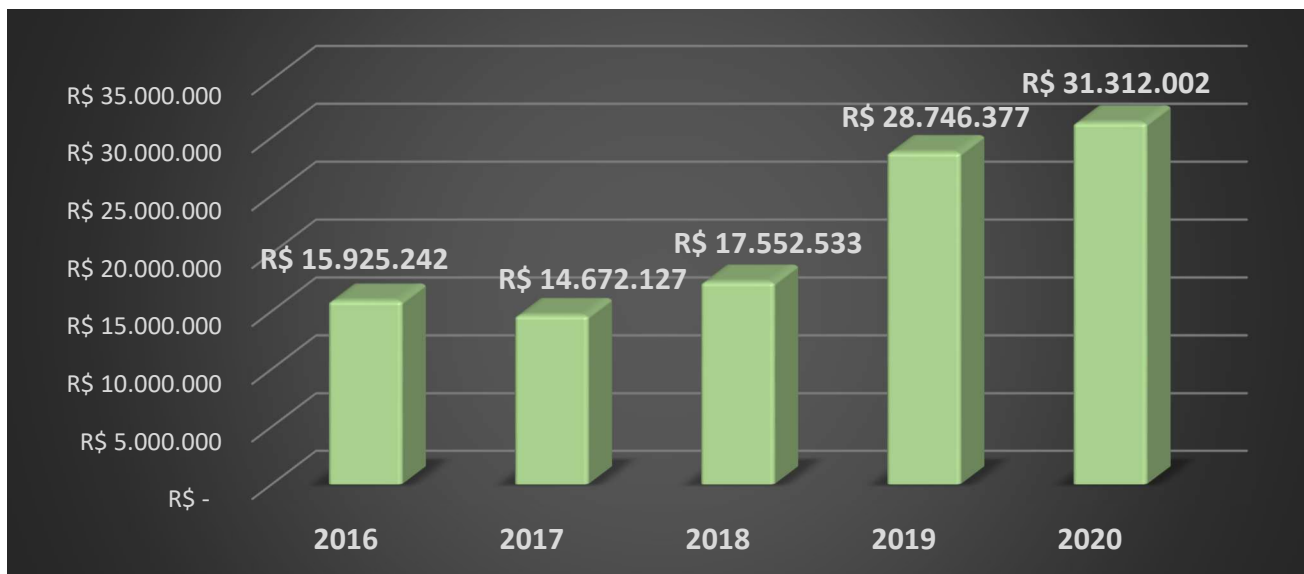
As aplicações mantidas no SICOOB GOIÁS CENTRAL atingiram o montante total de R\$ 43.366.457,53 em 2020, o que representa um acréscimo de 190,22% em relação a 2019.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A cooperativa encerrou 2020 com o montante de R\$ 31.312.002,08 em operações de crédito, representando um crescimento de 8,93% quando comparado ao ano de 2019.



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

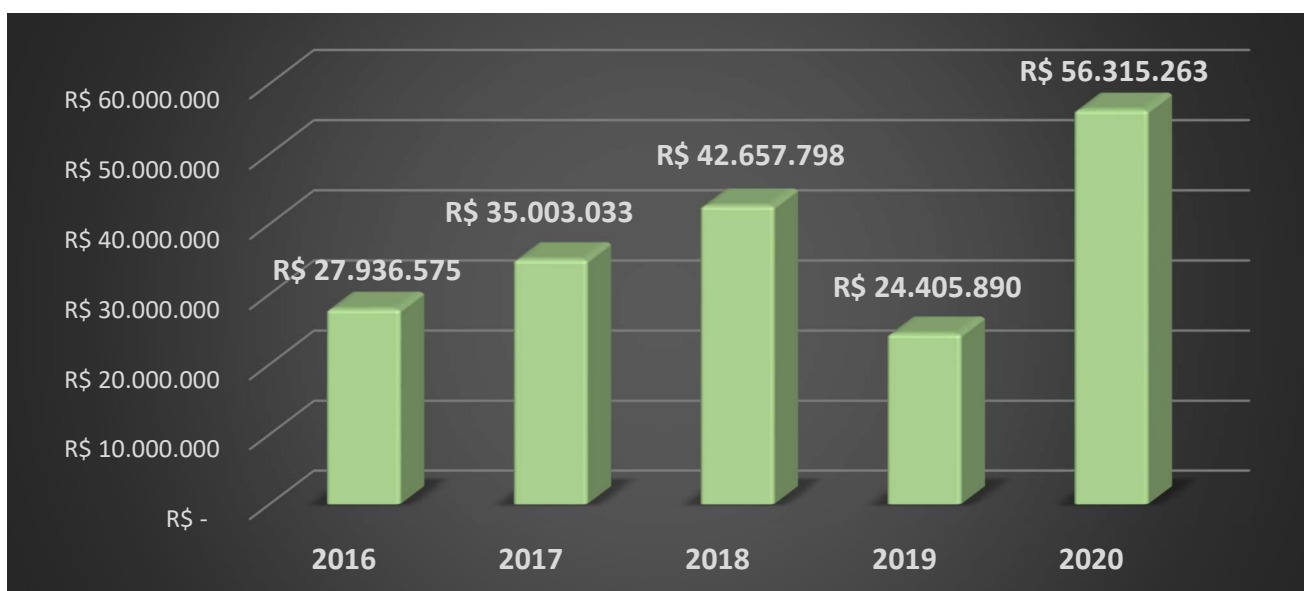
O Patrimônio Líquido é o principal indicador de solidez das instituições financeiras. O Sicoob Credicer alcançou em 2020 o valor de R\$ 19.138.509,20, comparado ao ano de 2019, houve um crescimento de 12,28%.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

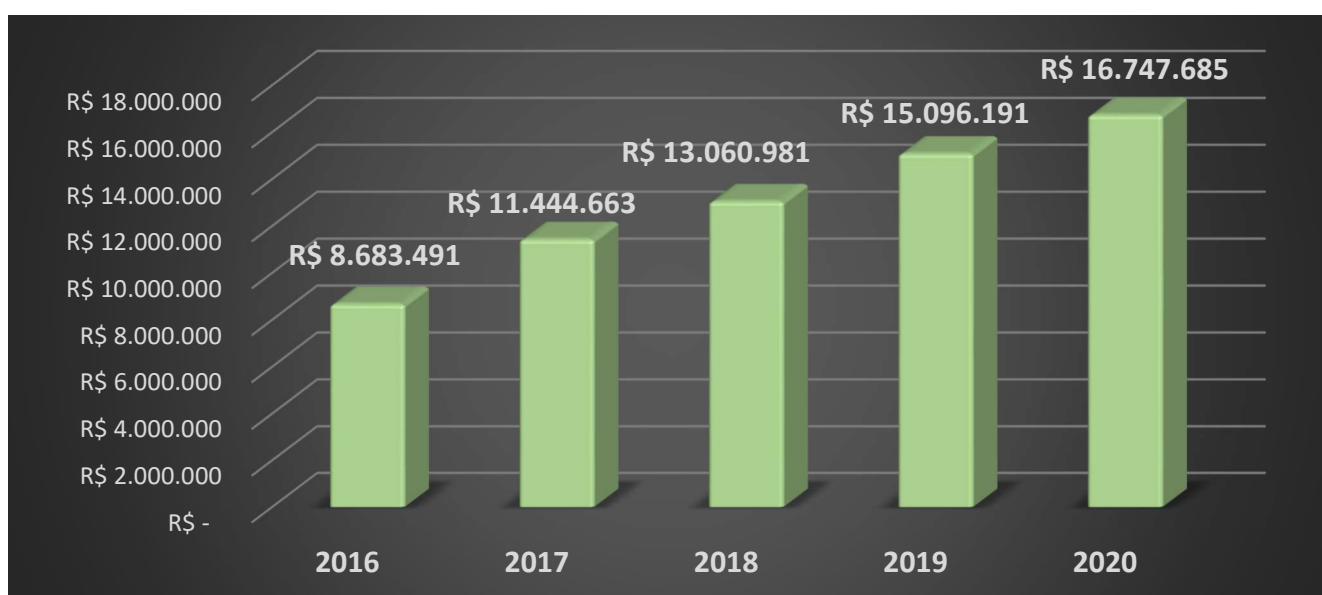
DEPÓSITOS

Os depósitos à vista e a prazo atingiram o total de R\$ 56.315.263,05, um aumento de 130,74% quando comparado aos valores do ano de 2019, demonstrando robustez do nível de confiança dos cooperados na cooperativa.



CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é o somatório de quotas-partes dos associados da cooperativa. O Sicoob Credicer apresentou um crescimento de 10,94% em 2020, sendo o valor total do capital de R\$ 16.747.688,38.



A - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER CNPJ: 09.576.849/0001-82 BALANÇO PATRIMONIAL				
Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019	
ATIVO		80.397.826,25	48.526.536,97	
Circulante		67.551.643,03	34.289.542,73	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	45.671.809,66	16.094.922,25	
Disponibilidades		2.305.352,13	1.152.536,17	
Centralização Financeira - Cooperativas		43.366.457,53	14.942.386,08	
Operações de Crédito	5	21.673.566,16	18.063.110,03	
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		18.377.930,16	16.038.698,08	
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(948.334,92)	(355.937,40)	
Financiamentos		1.808.963,66	1.980.523,35	
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(20.124,23)	(22.761,07)	
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		2.528.476,31	424.710,63	
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(73.344,82)	(2.123,56)	
Outros Créditos	6	113.359,45	19.819,14	
Rendas a Receber		26.782,11	7.909,40	
Diversos		86.577,34	11.909,74	
Outros Valores e Bens	7	92.907,76	111.691,31	
Outros Valores e Bens		406,00	266,00	
Despesas Antecipadas		92.501,76	111.425,31	
Não Circulante		12.846.183,22	14.236.994,24	
Realizável a Longo Prazo		8.434.627,29	10.152.526,45	
Operações de Crédito	5	8.434.627,29	10.152.526,45	
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		3.268.009,68	2.564.398,66	
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(114.995,78)	(76.637,29)	
Financiamentos		3.700.142,30	2.701.510,73	
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(38.866,48)	(27.439,37)	
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		1.628.479,97	5.036.535,49	
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(8.142,40)	(45.841,77)	
Permanente		4.411.555,93	4.084.467,79	
Investimentos	8	3.400.950,37	3.132.573,52	
Participação em Cooperativa Central de Crédito		3.214.684,81	2.954.307,96	
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Creditor		178.265,56	178.265,56	
Outros investimentos		8.000,00	-	
Imobilizado de Uso	9	916.204,50	870.367,36	
Imobilizado de Uso		1.529.232,15	1.348.965,19	
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(613.027,65)	(478.597,83)	
Intangível	10	94.401,06	81.526,91	
Ativos Intangíveis		258.170,87	192.162,48	
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(163.769,81)	(110.635,57)	
Total do Ativo		80.397.826,25	48.526.536,97	
PASSIVO		61.259.317,05	31.480.990,88	
Circulante		59.629.965,02	26.435.113,14	
Depósitos	11	56.315.263,05	24.405.889,67	
Depósitos à Vista		32.872.546,70	12.306.492,92	
Depósitos à Prazo		23.442.716,35	12.099.396,75	
Relações Interfinanceiras	12	2.528.476,31	424.710,63	
Repasse Interfinanceiros		2.528.476,31	424.710,63	
Outras Obrigações	13	786.225,66	1.604.512,84	
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		61,61	13.725,39	
Sociais e Estatutárias	13.1	147.229,17	202.026,53	
Negociação e Intermediação de Valores		-	4,74	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	13.2	107.630,36	95.458,74	
Diversas	13.3	531.304,52	1.293.297,44	
Não Circulante		1.629.352,03	5.045.877,74	
Relações Interfinanceiras		1.628.479,97	5.036.535,49	
Repasse Interfinanceiros		1.628.479,97	5.036.535,49	
Outras Obrigações		872,06	9.342,25	
Diversas	13.3	872,06	9.342,25	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	19.138.509,20	17.045.546,09	
Capital Social		16.547.439,19	14.935.113,24	
De Domiciliados No País		16.747.685,38	15.096.191,06	
(-) Capital A Realizar		(200.246,19)	(161.077,82)	
Reserva de Sobras		2.279.220,99	1.929.456,52	
Sobras ou Perdas Acumuladas	16.b	311.849,02	180.976,33	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		80.397.826,25	48.526.536,97	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

B – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

2o. SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER					
CNPJ: 09.576.849/0001-82					
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO					
Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		2.847.592,37	5.692.896,46	2.839.488,87	5.747.838,02
Operações de Crédito	17	2.464.477,08	4.905.534,28	2.160.598,56	4.102.444,71
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		383.115,29	787.362,18	678.890,31	1.645.393,31
Dispêndio da Intermediação Financeira	18	(1.026.002,93)	(1.511.901,94)	(604.527,82)	(1.566.808,98)
Operações de Captação no Mercado		(209.959,56)	(442.857,37)	(441.965,21)	(1.148.286,54)
Operações de Empréstimos e Repasses		(184.710,09)	(363.768,29)	(157.681,45)	(244.720,05)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(631.333,28)	(705.276,28)	(4.881,16)	(173.802,39)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.821.589,44	4.180.994,52	2.234.961,05	4.181.029,04
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(1.356.863,61)	(2.884.382,70)	(1.282.184,84)	(2.595.154,96)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	19	418.216,42	842.881,14	342.509,33	596.513,98
Rendas (Ingressos) de Tarifas	20	102.920,19	220.916,22	203.671,20	371.319,40
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	21	(1.068.397,64)	(2.096.424,81)	(1.022.586,68)	(2.009.925,55)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(1.066.843,54)	(2.122.552,75)	(853.631,99)	(1.500.843,70)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(53.310,74)	(128.246,21)	(45.261,43)	(96.560,69)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	340.461,38	434.039,78	166.169,76	187.803,83
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(18.148,24)	(50.297,63)	(47.682,36)	(107.536,88)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(11.761,44)	15.301,56	(25.372,67)	(35.925,35)
Resultado Operacional		464.725,83	1.296.611,82	952.776,21	1.585.874,08
Outras Receitas e Despesas	25	(6.321,78)	4.212,70	(9.489,28)	(1.540,56)
Outras Receitas		14.344,65	25.183,54	11.625,72	17.294,44
Outras Despesas		(27.416,43)	(29.520,84)	(23.815,00)	(28.285,00)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		6.750,00	8.550,00	2.700,00	9.450,00
Resultado Antes da Tributação e Participações		458.404,05	1.300.824,52	943.286,93	1.584.333,52
Imposto de Rendas		(32.845,27)	(32.845,27)	-	-
Contribuição Social		(32.845,27)	(32.845,27)	-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		392.713,51	1.235.133,98	943.286,93	1.584.333,52
Resultado Antes dos Juros ao Capital		392.713,51	1.235.133,98	943.286,93	1.584.333,52
Juros ao Capital	16	(425.225,28)	(425.225,28)	(816.242,68)	(816.242,68)
Sobras/Perdas Líquidas		(32.511,77)	809.908,70	127.044,25	768.090,84

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

C – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Reais)

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER							
CNPJ: 09.576.849/0001-82							
DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMONIO LIQUIDO							
Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas	Totais	
	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias		Acumuladas
Saldo em 31/12/2018		13.060.981,32	(147.224,54)	1.422.722,77	277.028,42	230.857,01	14.844.364,98
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Ao Capital		506.815,05	-	-	(277.028,42)	(230.857,01)	(1.070,38)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		1.603.980,54	(13.853,28)	-	-	-	1.590.127,26
Por Devolução (-)		(853.352,21)	-	-	-	-	(853.352,21)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	1.584.333,52	1.584.333,52
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		816.242,68	-	-	-	(816.242,68)	-
IRRF sobre Juros ao Capital		(38.476,32)	-	-	-	-	(38.476,32)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	46.171,40	46.171,40
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	289.562,14	-	(289.562,14)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	217.171,61	(217.171,61)	-
F A T E S		-	-	-	-	(126.552,16)	(126.552,16)
Saldo em 31/12/2019		15.096.191,06	(161.077,82)	1.712.284,91	217.171,61	180.976,33	17.045.546,09
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Ao Capital		394.287,26	-	-	(217.171,61)	(180.976,33)	(3.860,68)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		1.213.951,03	(39.168,37)	-	-	-	1.174.782,66
Por Devolução (-)		(370.865,91)	-	-	-	-	(370.865,91)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	1.235.133,98	1.235.133,98
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		425.225,28	-	-	-	(425.225,28)	-
IRRF sobre Juros ao Capital		(11.103,34)	-	-	-	-	(11.103,34)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	109.371,84	109.371,84
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	323.963,48	-	(323.963,48)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	242.972,60	(242.972,60)	-
F A T E S		-	-	-	-	(40.495,44)	(40.495,44)
Saldo em 31/12/2020		16.747.685,38	(200.246,19)	2.036.248,39	242.972,60	311.849,02	19.138.509,20
Saldo em 30/06/2019		13.775.790,40	(69.329,05)	1.422.722,77	-	687.217,99	15.816.402,11
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		746.691,38	(91.748,77)	-	-	-	654.942,61
Por Devolução (-)		(204.057,08)	-	-	-	-	(204.057,08)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	943.286,93	943.286,93
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		816.242,68	-	-	-	(816.242,68)	-
IRRF sobre Juros ao Capital		(38.476,32)	-	-	-	-	(38.476,32)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	289.562,14	-	(289.562,14)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	217.171,61	(217.171,61)	-
F A T E S		-	-	-	-	(126.552,16)	(126.552,16)
Saldo em 31/12/2019		15.096.191,06	(161.077,82)	1.712.284,91	217.171,61	180.976,33	17.045.546,09
Saldo em 30/06/2020		15.663.032,91	(209.359,80)	1.712.284,91	217.171,61	1.023.396,80	18.406.526,43
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Ao Capital		394.287,26	-	-	(217.171,61)	(180.976,33)	(3.860,68)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		585.640,39	9.113,61	-	-	-	594.754,00
Por Devolução (-)		(309.397,12)	-	-	-	-	(309.397,12)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	392.713,51	392.713,51
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		425.225,28	-	-	-	(425.225,28)	-
IRRF sobre Juros ao Capital		(11.103,34)	-	-	-	-	(11.103,34)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	109.371,84	109.371,84
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	323.963,48	-	(323.963,48)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	242.972,60	(242.972,60)	-
F A T E S		-	-	-	-	(40.495,44)	(40.495,44)
Saldo em 31/12/2020		16.747.685,38	(200.246,19)	2.036.248,39	242.972,60	311.849,02	19.138.509,20

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
D – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

2o. SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER CNPJ: 09.576.849/0001-82 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019	
Sobras/Perdas Antes das Destinações		392.713,51	1.235.133,98	943.286,93	1.584.333,52	
Juros ao Capital Recebido		(83.329,93)	(83.329,93)	(166.169,76)	(166.169,76)	
Distribuição de Sobras e Dividendos		(73.685,58)	(73.685,58)	-	(21.634,07)	
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		631.333,28	705.276,28	4.881,16	173.802,39	
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		32.696,09	52.434,09	49.247,53	73.682,31	
Depreciações e Amortizações		104.205,91	202.423,77	78.414,25	158.599,32	
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		1.003.933,28	2.038.252,61	909.660,11	1.802.613,71	
Operações de Crédito		357.000,39	(2.597.833,25)	(2.295.854,54)	(11.198.672,82)	
Outros Créditos		40.696,27	(93.540,31)	99.349,26	191.682,00	
Outros Valores e Bens		1.592,91	18.783,55	(67.143,80)	(38.725,22)	
Depósitos à Vista		5.870.041,13	20.566.053,78	(2.625.277,60)	(109.517,15)	
Depósitos à Prazo		7.406.107,65	11.343.319,60	(5.477.906,90)	(18.142.390,95)	
Relações Interfinanceiras		(2.793.440,93)	(1.304.289,84)	385.536,31	5.060.575,09	
Outras Obrigações		(505.486,36)	(1.242.586,88)	70.736,90	(39.066,25)	
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		109.371,84	109.371,84	-	46.171,40	
FATES Sobras Exercício		(40.495,44)	(40.495,44)	(126.552,16)	(126.552,16)	
Imposto de Renda		(32.845,27)	(32.845,27)	-	-	
Contribuição Social		(32.845,27)	(32.845,27)	-	-	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		11.383.630,20	28.731.345,12	(9.127.452,42)	(22.553.882,35)	
Recebimento Dividendos		-	-	-	21.634,07	
Distribuição Sobras da Central		73.685,58	73.685,58	-	-	
Recebimento de Juros ao Capital		83.329,93	83.329,93	166.169,76	166.169,76	
Aquisição de Intangível		24.808,19	(68.145,21)	419.306,55	385.344,09	
Aquisição de Imobilizado de Uso		(144.102,80)	(192.989,85)	(304.318,73)	(315.723,91)	
Aquisição de investimentos		(165.015,51)	(268.376,85)	(166.169,76)	(187.801,97)	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(127.294,61)	(372.496,40)	114.987,82	69.622,04	
Aumento por Novos Aportes de Capital		563.815,98	1.174.782,66	654.942,61	1.590.127,26	
Devolução de Capital à Cooperados		(309.397,12)	(370.865,91)	(204.057,08)	(853.352,21)	
Juros ao Capital pago		425.225,28	425.225,28	816.242,68	816.242,68	
IRRF sobre Juros ao Capital		(11.103,34)	(11.103,34)	(38.476,32)	(38.476,32)	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		668.540,80	1.218.038,69	1.228.651,89	1.514.541,41	
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		11.924.876,39	29.576.887,41	(7.783.812,71)	(20.969.718,90)	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		33.746.933,27	16.094.922,25	23.878.734,96	37.064.641,15	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		45.671.809,66	45.671.809,66	16.094.922,25	16.094.922,25	
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		11.924.876,39	29.576.887,41	(7.783.812,71)	(20.969.718,90)	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

C – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Reais)

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER					
CNPJ: 09.576.849/0001-82					
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE					
DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		392.713,51	1.235.133,98	943.286,93	1.584.333,52
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		392.713,51	1.235.133,98	943.286,93	1.584.333,52

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **27/05/2008**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDICER**, sediada à **Avenida Brasil nº 703B Quadra 18B Lote 18B, centro – Ceres, Goiás – CEP 76300-000**, possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **HIDROLINA - GO, NOVA GLÓRIA - GO**.

O **SICOOB CREDICER** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva na 88ª reunião realizada em 09/03/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos



Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	2.305.352,13	1.152.536,17
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	43.366.457,53	14.942.386,08
TOTAL	45.671.809,66	16.094.922,25

(a) Referem-se a saldos mantidos em conta contos corrente e disponíveis em tesouraria dos Pontos de Atendimentos – Pas.

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15. cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 1.645.393,31 (Um milhão seiscentos e quarenta cinco mil, trezentos e noventa três reais e trinta um centavos) e R\$ 787.362,18 (Setecentos e oitenta sete mil, trezentos e sessenta dois reais e dezoito centavos, respectivamente, com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	18.377.930,16	3.268.009,68	21.645.939,84	18.603.096,74
Financiamentos	1.808.963,66	3.700.142,30	5.509.105,96	4.682.034,08
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.528.476,31	1.628.479,97	4.156.956,28	5.461.246,12
Total de Operações de Crédito	22.715.370,13	8.596.631,95	31.312.002,08	28.746.376,94
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.041.803,97)	(162.004,66)	(1.203.808,63)	(530.740,10)
TOTAL	21.673.566,16	8.434.627,29	30.108.193,45	28.215.636,84

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A 0,5% Normal	12.098.264,62	3.622.273,04	3.872.446,59	19.592.984,25	(97.964,92)	18.330.082,78	(91.650,41)
B 1% Normal	3.584.041,86	885.930,80	163.530,31	4.633.502,97	(46.335,03)	4.854.768,88	(48.547,69)
B 1% Vencidas	56.250,78	12.922,15	0,00	69.172,93	(691,73)	64.676,59	(646,77)
C 3% Normal	3.578.997,66	955.817,37	0,00	4.534.815,03	(136.044,45)	4.862.003,28	(145.860,10)
C 3% Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.248,98	(37,47)
D 10% Normal	1.206.657,67	32.162,60	0,00	1.238.820,27	(123.882,03)	205.372,60	(20.537,26)
D 10% Vencidas	70.061,16	0,00	0,00	70.061,16	(7.006,12)	117.623,57	(11.762,36)
E 30% Normal	66.154,12	0,00	0,00	66.154,12	(19.846,24)	15.904,12	(4.771,24)
E 30% Vencidas	2.961,06	0,00	0,00	2.961,06	(888,32)	74.629,39	(22.388,82)
F 50% Normal	14.376,70	0,00	120.979,38	135.356,08	(67.678,04)	69.723,20	(34.861,60)
G 70% Normal	244.813,79	0,00	0,00	244.813,79	(171.369,65)	0,00	0,00
G 70% Vencidas	637.530,53	0,00	0,00	637.530,53	(446.271,37)	2.223,90	(1.556,73)
H 100% Normal	4.047,22	0,00	0,00	4.047,22	(4.048,06)	1.610,55	(1.610,55)
H 100% Vencidas	81.782,67	0,00	0,00	81.782,67	(81.782,67)	146.509,10	(146.509,10)
Total Normal	20.797.353,64	5.496.183,81	4.156.956,28	30.450.493,73	(667.167,58)	28.339.465,41	(347.838,85)
Total Vencidos	848.586,20	12.922,15	0,00	861.508,35	(536.641,05)	406.911,53	(182.901,25)
Total Geral	21.645.939,84	5.509.105,96	4.156.956,28	31.312.002,08	(1.203.808,63)	28.746.376,94	(530.740,10)
Provisões	(1.063.330,70)	(58.990,71)	(81.487,22)	(1.203.808,63)		(530.740,46)	
Total Líquido	20.582.609,14	5.450.115,25	4.075.469,06	30.108.193,45		28.215.636,48	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	9.127.895,70	9.250.034,46	3.268.009,68	21.645.939,84
Financiamentos	502.084,69	1.306.878,97	3.700.142,30	5.509.105,96
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	334.554,19	2.193.922,12	1.628.479,97	4.156.956,28
TOTAL	9.964.534,88	12.750.835,55	8.596.631,95	31.312.002,08

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.110.065,36	202.001,74	0,00	1.312.067,10	4%
Setor Privado - Serviços	10.582.303,79	1.335.367,75	0,00	11.917.671,54	38%
Pessoa Física	9.938.331,48	3.890.904,98	4.156.956,28	17.986.192,74	57%
Outros	15.239,21	80.831,49	0,00	96.070,70	0%
TOTAL	21.645.939,84	5.509.105,96	4.156.956,28	31.312.002,08	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(530.740,46)	(361.766,82)
Constituições	(2.094.344,79)	(1.324.586,55)
Reversões	1.389.068,51	1.150.784,16
Transferência para prejuízo	32.208,11	4.828,75
TOTAL	(1.203.808,63)	(530.740,46)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	1.368.024,63	4,00%	1.251.723,69	4,00%
10 Maiores Devedores	8.440.348,14	26,14%	8.937.375,59	31,00%
50 Maiores Devedores	20.427.427,48	63,27%	19.365.811,75	67,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	954.339,44	952.826,07
Valor das operações transferidas no período	32.208,11	4.828,75
Valor das operações recuperadas no período	(1.541,75)	(3.315,38)
TOTAL	985.005,80	954.339,44

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 597.998,75 (quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Rendas a Receber	26.782,11	7.909,40
Serviços prestados a receber (a)	25.392,42	7.027,09
Outras rendas a receber	1.389,69	882,31
Diversos	86.577,34	11.909,74
Adiantamento e Antecipações (b)	1.224,08	0

Títulos e créditos a receber	1.540,68	8.514,33
Devedores diversos – país (c)	83.812,58	3.395,41
TOTAL	113.359,45	19.819,14

(a) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$17.771,05), rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 7.621,37).

(b) Adiantamento e antecipações referem-se a adiantamento de férias.

(c) Refere-se, exclusivamente a pendências a regularizar até 30/06/2021.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Material em Estoque	406,00	266,00
Despesas Antecipadas (a)	92.501,76	111.425,31
TOTAL	92.907,76	111.691,31

(a) Referem-se às- despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, processamento de dados, vale alimenta e IPTU.

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito – Sicoob Goiás Central	3.214.684,81	2.954.307,96
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito - Bancoob	178.265,56	178.265,56
Outros Investimentos	8.000,00	0,00
TOTAL	3.400.950,37	3.132.573,52

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Instalações	10%	91.158,18	365.980,49
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(29.302,87)	(162.979,39)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	484.296,23	418.130,15
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(426.759,74)	(149.513,68)
Sistema de Comunicação	20%	0	5.760,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	503.299,95	483.890,05
Sistema de Segurança	10%	111.728,89	75.204,50
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros		338.748,90	0,00
(-) Depreciação Acum. Benfeitoria em Imóveis de Terceiros		(156.965,04)	(166.104,76)
TOTAL		916.204,50	870.367,36

10. Intangível

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
SOFTWARES - ADQUIRIDOS ANTES DE 01/10/2013	40.000,00	40.000,00
SOFTWARE ADQUIRIDOS	1.036,56	1.036,56
OUTROS ATIVOS INTAGÍVEIS	217.134,31	151.125,92
(-) Amortização Intangível	(163.769,81)	(110.635,57)
TOTAL	94.401,06	81.526,91

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré- fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	32.872.546,70		12.306.492,92	
Depósito a Prazo	23.442.716,35	0,15	12.099.396,75	0,34
TOTAL	56.315.263,05		24.405.889,67	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	5.817.336,05	10,00%	2.035.185,13	8,00%
10 Maiores Depositantes	19.375.074,64	34,46%	8.821.419,41	35,00%
50 Maiores Depositantes	34.189.573,58	60,80%	14.961.343,91	60,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(177.480,88)	(386.669,16)	(417.423,98)	(1.095.317,68)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(32.478,68)	(56.188,21)	(24.541,23)	(52.968,86)
TOTAL	(209.959,56)	(442.857,37)	(441.965,21)	(1.148.286,54)

12. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	2.578.397,40	1.753.106,85	449.187,81	5.418.564,48
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-49.921,09	-124.626,88	-24.477,18	-382.028,99
TOTAL	2.528.476,31	1.628.479,97	424.710,63	5.036.535,49

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	61,61	0,00	13.725,39	0,00
Sociais e Estatutárias (13.1)	147.229,17	0,00	202.026,53	0,00
Fiscais e Previdenciárias (13.2)	107.630,36	0,00	95.458,74	0,00
Diversas	531.304,52	872,06	1.293.302,18	9.342,25
TOTAL	786.225,66	872,06	1.604.512,84	9.342,25

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	57.675,76	126.552,16
Cotas de Capital a Pagar (b)	89.553,41	75.474,37
TOTAL	147.229,17	202.026,53

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	9.134,49	1.302,62
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	1.282,30	185,02
Impostos e Contribuições sobre Salários	79.939,41	46.792,66
Outros	17.274,16	47.178,44
TOTAL	107.630,36	95.458,74

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	10.721,21	0,00	7.546,22	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	79.782,12	0,00	99.805,16	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	263.934,53	0,00	1.002.811,44	0,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	43.425,09	872,06	50.256,46	9.342,25
Credores Diversos – País (c)	133.441,57	0,00	132.878,16	0,00
TOTAL	531.304,52	872,06	1.293.297,44	9.342,25

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas administrativas e de pessoal.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.586.833,21, (R\$ 1.992.672,56 em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Refere-se a saldo de cheques depositados em trânsito, diferenças de caixas e pendências a regularizar.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDICER** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	16.547.439,19	14.935.113,24
Associados	1.885	1.605

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária – Fundo para Aumento de Capital

Representado pelas destinações estatutárias das sobras no percentual de 30% utilizada para futuro aumento do capital social da cooperativa, conforme do Estatuto Social.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	809.908,70	768.090,84
(-) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	44.185,49
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	809.908,70	723.905,35
(-) Fundo para Aumento de Capital	242.972,60	217.171,61
(-) Reserva legal	323.963,48	289.562,14
(-) Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES	40.495,44	36.195,27
SOBRAS EXERCÍCIO	202.477,18	180.976,33
(+) Reversão Utilização Recursos do FATES (*)	109.371,84	0,00
Sobra à disposição da Assembleia	311.849,02	180.976,33

* Quadro de utilização de Recursos do FATES:

Cursos	8.723,60
Assistência Médica	94.333,21
Ajuda de Custo	2.623,76
Auxílio Educação	135,76
Programa de Formação Profissional	1.269,31
Eventos Internos	2.014,00
Livros, Jornais e Revistas	272,20
TOTAL	109.371,84

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 425,225,28 (Quatrocentos e vinte e cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos). Em **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 816.242,68 (Oitocentos e dezesseis mil, duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	104.311,11	203.631,50	51.927,81	119.993,87
Rendas De Empréstimos	1.457.231,52	2.863.896,70	1.228.275,49	2.381.306,51
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	405.294,76	872.086,50	464.452,50	915.579,66
Rendas De Financiamentos	306.135,37	595.357,06	254.974,31	437.529,24
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	116.034,91	212.501,11	62.035,49	103.595,07
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	68.675,18	151.267,18	95.645,96	141.124,98
Rendas De Créditos Por Avais E Fianças Honrados	2.521,42	2.521,42	0,00	0,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	4.272,81	4.272,81	3.287,00	3.315,38
TOTAL	2.464.477,08	4.905.534,28	2.160.598,56	4.102.444,71

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(209.959,56)	(442.857,37)	(441.965,21)	(1.148.286,54)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(184.710,09)	(363.768,29)	(157.681,45)	(244.720,05)
Operações de Crédito Liquidação Duvidosa	314.618,57	614.812,63	271.936,17	550.704,29
Provisões para Operações de Crédito	(945.951,85)	(1.320.088,91)	(276.817,33)	(724.506,68)
TOTAL	(1.026.002,93)	(1.511.901,94)	(604.527,82)	(1.566.808,98)

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	162.964,75	308.773,11	104.490,70	180.576,70
Rendas de Outros Serviços	255.251,67	534.108,03	238.018,63	415.937,28
TOTAL	418.216,42	842.881,14	342.509,33	596.513,98

20. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Serviços Prioritários - PF	47.178,00	86.750,50	36.011,00	72.909,50
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	55.742,19	134.165,72	167.660,20	298.409,90
TOTAL	102.920,19	220.916,22	203.671,20	371.319,40

21. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(15.896,62)	(38.386,48)	(23.083,10)	(44.948,24)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(301.245,42)	(597.431,09)	(292.550,53)	(569.322,75)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(155.580,95)	(294.380,17)	(151.516,69)	(289.603,39)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(193.908,31)	(382.598,16)	(184.512,98)	(368.548,08)
Despesas de Pessoal - Proventos	(399.380,27)	(773.636,00)	(355.142,15)	(706.713,69)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2.386,07)	(9.992,91)	(15.781,23)	(30.789,40)
TOTAL	(1.068.397,64)	(2.096.424,81)	(1.022.586,68)	(2.009.925,55)

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(35.519,80)	(61.574,85)	(27.876,33)	(52.022,02)
Despesas de Aluguéis	(43.613,17)	(78.965,22)	(30.327,94)	(54.386,94)
Despesas de Comunicações	(65.588,72)	(120.464,85)	(56.716,46)	(112.277,92)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(14.614,49)	(30.443,29)	(1.078,00)	(3.534,00)
Despesas de Material	(16.313,54)	(28.969,41)	(8.919,45)	(16.565,86)
Despesas de Processamento de Dados	(114.770,80)	(234.518,87)	(100.001,42)	(170.246,37)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(14.735,00)	(118.579,29)	(117.277,15)	(136.527,81)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(23.359,00)	(35.659,00)	(13.992,60)	(25.886,30)
Despesas de Publicações	(540,00)	(540,00)	(315,00)	(720,00)
Despesas de Seguros	(32.205,57)	(43.713,10)	(13.136,24)	(29.898,14)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(138.376,25)	(296.989,57)	(161.126,28)	(270.470,79)
Despesas de Serviços de Terceiros	(55.001,73)	(101.602,14)	(31.656,97)	(60.786,62)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(6.011,63)	(9.261,63)	(8.431,87)	(13.031,87)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(93.830,37)	(142.585,32)	(38.185,72)	(115.251,05)
Despesas de Transporte	(49.553,31)	(99.661,41)	(41.094,97)	(70.149,26)
Despesas de Viagem no País	(5.084,45)	(12.523,87)	(17.978,04)	(28.700,60)
Despesas de Amortização	(31.231,46)	(55.271,06)	(10.658,13)	(35.208,62)
Despesas de Depreciação	(72.974,45)	(147.152,71)	(67.756,12)	(123.390,70)
Outras Despesas Administrativas	(15.454,60)	(56.289,59)	(21.669,74)	(64.987,82)
Emolumentos judiciais e cartorários	(5.669,96)	(6.389,38)	0,00	0,00
Rateio de despesas da Central	(205.080,35)	(379.027,42)	(55.603,23)	(55.603,23)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(27.314,89)	(62.370,77)	(29.830,33)	(61.197,78)
TOTAL	(1.066.843,54)	(2.122.552,75)	(853.631,99)	(1.500.843,70)

23. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Imposto de Renda - Reversão de Provisões Operacionais	30.632,07	30.632,07	0,00	0,00
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	53.706,14	100.507,14	23.874,86	37.756,96
Outras rendas operacionais	256.123,17	302.900,57	142.294,90	150.046,87
TOTAL	340.461,38	434.039,78	166.169,76	187.803,83

24. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Outras Despesas Operacionais	(18.148,24)	(50.297,63)	(47.682,36)	(107.536,88)
TOTAL	(18.148,24)	(50.297,63)	(47.682,36)	(107.536,88)

25. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	14.344,65	25.183,54	11.625,72	17.294,44
Reversão de Provisões não Operacionais	6.750,00	8.550,00	2.700,00	9.450,00
(-) Perdas de Capital	(27.416,43)	(29.520,84)	(23.815,00)	(28.285,00)
Resultado Líquido	(6.321,78)	4.212,70	(9.489,28)	(1.540,56)

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	4.672.881,62	4,0048%	53.749,85
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	631.385,35	0,5411%	3.059,46
TOTAL	5.304.266,97	4,5460%	56.809,31
Montante das Operações Passivas	1.211.657,60	2,9381%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	19.933,64	437,73	5,6122%
Conta Garantida	1.417,90	42,54	0,2965%
Direitos Creditórios Descontados	393.441,43	1.967,21	9,4647%
Empréstimos	2.052.416,15	44.292,41	13,3091%
Financiamentos	292.902,11	2.060,54	5,3167%
Financiamentos Rurais	15.255,20	76,27	0,2830%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.819.271,08	8,5837%	0%
Depósitos a Prazo	694.396,28	2,9621%	0,1606%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,4900%	1,9852%
Empréstimos	0,8688%	27,5646%
Financiamentos Rurais - repasses	1,0063%	43,0708%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	92,3270%	166,6379%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	4,2821%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,2477%
Crédito Rural (modalidades)	0,0900%
Aplicações Financeiras	2,9381%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Garantida	4.436.333,12
Direitos Creditórios Descontados	71.712,30
Empréstimos	591.943,46
Financiamentos	816.771,52

27. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles



internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDICER** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	46.581.142,34	17.896.694,04
Centralização Financeira	43.366.457,53	14.942.386,08
Investimentos	3.214.684,81	2.954.307,96

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2020	2019
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	15.734.487,70	13.601.008,51
RWA-S5	39.925.258,86	31.613.576,92
ÍNDICE DE BASILÉIA	39,40%	43,02%

31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDICER, até o 31/12/2020 não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo com probabilidade de perda possível ou provável

Marcos Camargo Cardoso
CPF.: 364.152.271- 49
Diretor Administrativo

Lorena Teixeira Rezende Dias
CPF.: 884.352.291-49
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda. – SICOOB CREDICER

Ceres/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda. – SICOOB CREDICER, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICER em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 30 de março de 2021.



Diego Rabelo S. Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090

PARECER DO CONSELHO FISCAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA
CNPJ: 09.576.849/0001-82
Número de identificação do registro de empresas – NIRE: 52400011479
Endereço: Avenida Brasil nº 703-B Qd. 18-B Lt. 18-B – Centro – Ceres-GO
CEP. 76.300-000

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda. – Sicoob Credicer
Ceres/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda. – SICOOB CREDICER, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICER em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

De acordo com a documentação analisada durante o ano de 2020 e conforme o Relatório de Auditoria Sobre as Demonstrações Contábeis relativo ao exercício findo em 31/12/2020 em 30 de março de 2021, este conselho emitiu o seguinte parecer:


PARECER DO CONSELHO FISCAL


Os membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA – CREDICER, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Sobras ou Perdas, complementadas por notas explicativas, Relatório dos Auditores Independentes emitido em 30 de março de 2021 e demais documentos integrantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com sobras líquidas a disposição da assembleia no valor de R\$ 311.849,02 (trezentos e onze mil oitocentos e quarenta e nove reais e dois centavos), decorrente da implementação de ações previstas no Plano de Negócios elaborado pela Central, inclusive no que se refere ao cumprimento de metas previstas no referido plano.

Baseado nos exames efetuados, e nas informações suplementares obtidas junto à contabilidade e Diretoria Executiva, este Conselho Fiscal é de parecer que as contas apresentadas representam a situação Patrimonial e Financeira da CREDICER.

Ceres-GO, 12 de abril de 2021


Bruno Cezar
Coordenador


Vanderlei da Costa
Secretário


Osmeir José do Prado
Conselheiro Efetivo